



**IV CINTEDI**

EDIÇÃO DIGITAL

10, 11 E 12 DE NOVEMBRO DE 2021

ISSN: 2359-2915



## GÊNERO, SAÚDE E EDUCAÇÃO: MÃES ADOLESCENTES E A INCLUSÃO ESCOLAR

Ana Paula Borges de Souza <sup>1</sup>  
Ademir Hilário de Souza <sup>2</sup>  
Olavo Ferreira Nunes <sup>3</sup>  
Rodrigo da Costa Amil <sup>4</sup>  
Fernanda Castro Manhães <sup>5</sup>

### RESUMO

É sabido que a gravidez na adolescência se tornou palco de diversos debates, e de uma análise transversal dos problemas sociais, institucionais e familiares que atravessam o país. Os principais problemas relacionados com a gravidez na adolescência estão diretamente relacionados com acesso à educação, saúde e oportunidades de trabalho a longo prazo, violando assim, os direitos da criança e adolescente. O presente estudo se propõe a fazer uma análise qualitativa da temática nos trabalhos identificados em nossa revisão de literatura para compreendermos uma questão central: a necessidade de implementação de públicas, públicas específicas e programas sociais de inclusão social das mães adolescentes tendo como fundo: a questão de gênero e o campo da saúde e educação. Ao identificarmos a falta de uma política pública nacional específica para as mães adolescentes retornarem e permanecerem no sistema escolar.

**Palavras-chave:** Politização feminina, mães adolescentes, permanência, inclusão escolar.

### INTRODUÇÃO

Segundo dados divulgados pela Pesquisa por Amostra de Domicílios (PNAD), organizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2015, das 5,2 milhões de adolescentes com idade entre 15 e 17 anos, 414.105 tinham pelo menos um filho. Deste grupo 309.374 meninas não estudam e apenas 104.731 ainda permaneciam na escola. Ou seja, os dados quantitativos dessa pesquisa veiculada na internet demonstra que no Brasil, 75% das mães adolescentes estão fora da escola. Como coloca Júnior e Ximenes Neto (2004) a gravidez precoce na adolescência se tornou um problema social de saúde pública e de

<sup>1</sup> Estudante de mestrado no programa de Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense, RJ, UENF, [anapaulaborgessouza123@email.com](mailto:anapaulaborgessouza123@email.com);

<sup>2</sup> Estudante de Doutorado no programa de Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense, RJ, UENF, [ademirhilariosouza123@gmail.com](mailto:ademirhilariosouza123@gmail.com);

<sup>3</sup> Estudante de mestrado no programa de Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense, RJ, UENF, [nunes.olavo.ferreira@gmail.com](mailto:nunes.olavo.ferreira@gmail.com);

<sup>4</sup> Graduado em Medicina pela Universidade Federal Fluminense, RJ, UFF, [rodrigomed.amil@gmail.com](mailto:rodrigomed.amil@gmail.com);

<sup>5</sup> Professora orientadora do Programa de pós-Graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual Fluminense Darcy Ribeiro- UENF, [castromanhaes@gmail.com](mailto:castromanhaes@gmail.com);





educação em diversos países periféricos. E o contexto brasileiro tem revelado índices alarmantes e preocupantes.

O Brasil se destaca ao evidenciarmos segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio do relatório de Estatísticas do Registro Civil, em 2018 nasceram 432.460 bebês de mães adolescentes, o que representou 14,94% de todos os nascimentos no país naquele ano. Os dados se tornam mais alarmantes quando evidenciamos nos dados quantitativos de 2020, que o índice de gravidez na adolescência no Brasil está acima da média mundial. Isso significa que a cada 1.000 brasileiras com idade entre 15 e 19 anos, enquanto no mundo 41 se tornam mães, no contexto nacional 53 adolescentes se tornam mães (AGÊNCIA BRASÍLIA, 2021).

Quando falamos de gravidez precoce é importante situar o lugar social das adolescentes pois denotam ou fazem emergir dados que evidenciam que as meninas mais afetadas com a ausência de políticas públicas são as que vivem em territórios periféricos e/ou em situação de vulnerabilidade econômica e social. Esses marcadores sociais chamam atenção, pois aferem as situações de vulnerabilidades, riscos e marginalização que as adolescentes neste país enfrentam em maior ou menor grau.

Partindo disso, o presente estudo se propõe a duas questões centrais: 1) identificar possíveis ações e/ou programas que influenciaram ou pretendem influenciar na inclusão escolar por meio da continuidade e permanência das mães adolescentes. 2) E discutir a implementação de políticas públicas e programas sociais tendo como fundo: a questão de gênero e o campo da saúde e educação. Com isso, nossa questão nos leva a questionar: o que o município tem feito para promover a inclusão escolar dessas mães adolescentes? Uma vez que é responsabilidade destes a educação escolar, conforme coloca a Lei de Diretrizes e Bases (LDB).

## REFERENCIAL TEÓRICO

Muitos teóricos têm visto a adolescência como uma sequência do desenvolvimento da vida humana que ocorre entre o final da infância até o início da vida adulta, ou como uma fase de transição que se intercala entre a infância e a idade adulta, caracterizando-a pelo desenvolvimento físico, acentuadas transformações anatômicas, funcionais, psicológicas, sociais e relacionais.

Inicialmente entende-se que a adolescência que se inicia na puberdade, corresponde a faixa etária de vida entre os 10 a 19 anos incompletos, conforme identifica a Organização



mundial de Saúde (OMS), e de acordo com Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é todo indivíduo entre 12 e 18 anos de idade (ROCHA, 2009).

A palavra adolescência tem origem no latim “adolescerei”, que significa crescer até alcançar a maturidade, é uma etapa evolutiva característica especificamente do ser humano, onde ocorre uma transição da infância para a fase adulta, significa que é nessa fase que ocorre transformações que culminam no processo atrativo biopsicossocial do indivíduo, no surgimento de características sexuais secundárias, estruturação da personalidade, adaptação a determinado ambiente e interação social (YAZLLE, 2006). Na mulher essa transformação é marcada pela capacidade reprodutiva, desenvolvimento mamário e mudanças físicas no corpo (ROCHA, 2009).

De acordo Kahhale (1997) essa fase é carregada de sentimentos de questionamento e instabilidade, que se caracteriza por uma intensa busca de “si mesmo” e da própria identidade, os padrões estabelecidos são questionados, bem como criticadas todas as escolhas de vida feita pelos pais, buscando assim a liberdade e autoafirmação.

Ao abordar sobre as diferentes concepções de adolescência, Rocha (2009) coloca que no Brasil essa fase possui configurações distintas. A primeira delas é que nas classes privilegiadas ela é compreendida como um período de experimentação sem grandes consequências emocionais, econômicas e sociais do indivíduo que somente tem responsabilidade com os estudos. Já nas classes desfavorecidas, sem a possibilidade de se dedicarem aos estudos, a adolescência é vista como um período anterior a constituição da própria família (KAHHALE et al Pereira apud Bueno 2001 apud ROCHA, 2009).

É nessa fase que a identidade sexual começa a ser formada. Sem o conhecimento adequado do seu corpo, a gravidez ocorre surpreendendo a adolescente de forma, em sua maioria, indesejada (VITIELLO, 1997). A iniciação sexual na adolescência segundo Costa, Pinho e Martins (1995) ocorre na maioria através da curiosidade diante do desenvolvimento físico e da maturação sexual.

Romero e colaboradores (1991) afirmam que a gravidez na adolescência é uma crise que se sobrepõe à crise da adolescência. Para a adolescente, o evento da gravidez pode estar relacionado com uma tentativa de enfrentar qualquer uma de suas tarefas evolutivas. Nesse caso, a gravidez nessa faixa etária significa passar de filha para mãe em uma rápida transição, já que a adolescente feminina ainda está em formação. Nesse contexto, a gravidez passa então a ser uma experiência indesejada, uma vez que restringe possibilidades de explorar a identidade e de preparação profissional, já que é nessa fase que a adolescente se encontra no sistema escolar para pensar o seu futuro profissional (DIAS; TEIXEIRA, 2010).



De acordo com Dias e Teixeira (2010), do ponto de vista da saúde pública, esse seja um fenômeno com repercussões negativas, na medida em que implica riscos de saúde para mães e bebês, riscos de cuidados inadequados aos bebês e riscos de empobrecimento nas perspectivas de escolarização, trabalho e renda das adolescentes e suas famílias. Em vista disso, os autores salientam que por esse contexto a gravidez na adolescência passou a ser considerada uma questão de risco biopsicosocial biopsicossocial, podendo influenciar negativamente não apenas a adolescente, mas a sociedade (DIAS; TEIXEIRA, 2010).

A ocorrência de problemas de saúde para a mãe adolescente e para a o bebe segundo alguns autores poderia estar ligada mais a vulnerabilidade econômica e social do que a faixa etária. No entanto, grande parte das adolescentes gestantes encontram-se em vulnerabilidade o que poderia estar associado também a outros condicionantes sociais, como: falta de higiene, habitação, alimentação, saúde e educação (DIAS; TEIXEIRA, 2010). Ainda recorrendo aos autores uma questão é preciso destacar: alguns autores colocam que por um lado, jovens que abundam a escola tendem a ter maiores chances para engravidar, por outro lado, a gestação nessa fase seria uma das causas principais para a evasão escolar (DIAS; TEIXEIRA, 2010).

## **METODOLOGIA**

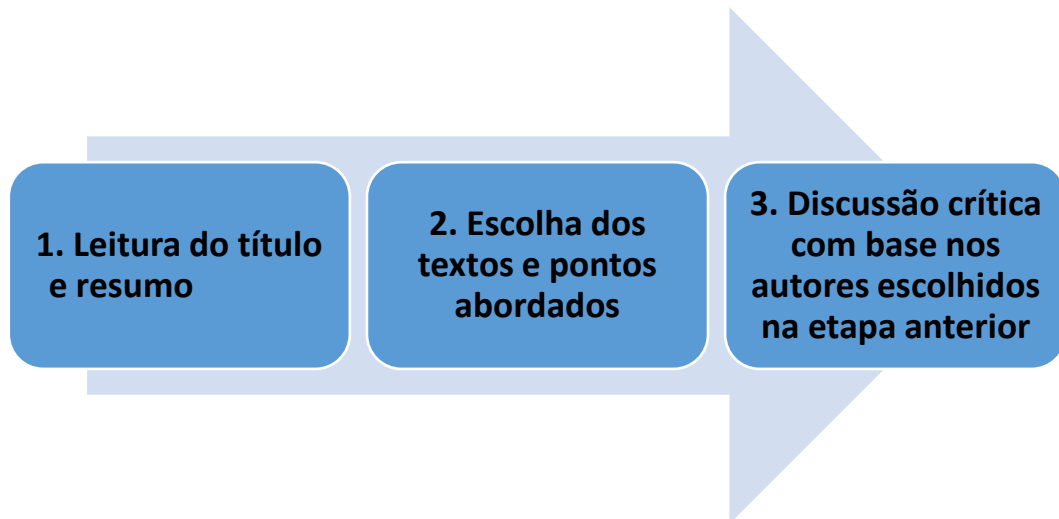
Para elencar os principais pontos discutidos no artigo, realizou-se uma análise qualitativa dos achados da nossa revisão de literatura de trabalhos atuais que abordam adolescentes e a conciliação da maternidade na escola. A análise foi impulsionada pelas pesquisas desenvolvidas durante o mestrado e nos ajuda a tentar compreender possíveis ações pedagógica de interdisciplinaridade entre dois campos importantes: educação e saúde, bem como evidenciar estratégias de permanência na escola. Portanto, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de análise qualitativa que pretendeu identificar em trabalhos empíricos possíveis ações eficientes de inclusão e diversidade para pensarmos programas inclusivos futuros de educação e saúde em uma escola da rede pública do interior do Rio de Janeiro.

A busca da literatura se deu em três bases de dados: a primeira, seção avançada nas bases de dados LILACS, MEDLINE, BDNF, por meio da BVS - (Biblioteca Virtual em Saúde). E a segunda, aconteceu na Scientific Electronic Library Online (ScieLO) e, a terceira se deu no Google Acadêmico. Após a aplicação das palavras chaves e filtros foi feita a coleta



de dados mediante a leitura dos títulos e resumos. Após a seleção dos textos aconteceu a análise detalhada dos trabalhos. As etapas podem ser evidenciadas no fluxograma a seguir.

**Fluxograma 1.** Etapas da pesquisa



Fonte: Autoria própria (2021).

Além disso, foi feita uma busca por ações e programas veiculados na internet sobre a nossa temática. Para pensarmos de forma abrangente o tema.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O debate acerca da gravidez na adolescência é extensivo, transversal, dialógico e amplamente sediado no campo da saúde e das políticas públicas. Então porque ainda hoje encontramos diversos estudos com foco na evasão escolar e não no retorno escolar e a permanência dessas mães adolescentes?

O primeiro destaque a ser feito em nosso trabalho é que as taxas de gravidez na adolescência parecem revelar um problema bastante conhecido no Brasil, a desigualdade social. Diversas pesquisas revelam que as maiores taxas de gravidez na adolescência se concentram em regiões mais pobres, em grupos sociais mais vulneráveis e mais desassistidos pelas políticas públicas de saúde. As jovens de classes sociais menos favorecidas, com uma realidade dura, muita das vezes precisando praticar qualquer tipo de trabalho enquanto estudam, ou até mesmo abandonam o próprio estudo.





Uma intrincada rede de fatores confere à gravidez na adolescência um grau elevado de risco para a mãe e para a criança, especialmente as de classes populares menos favorecidas economicamente. As consequências de uma gravidez na adolescência se fazem sentir tanto na morbidade/mortalidade da mãe e do bebê quanto nos impactos econômicos, educacional/escolar e social. Agir educacionalmente em parceria com a educação e a saúde, portanto, é uma forma de enfrentar esse problema e promover políticas públicas de atenção mais eficazes.

Uma pesquisa realizada pelo Ministério da Educação, Organização dos Estados Ibero-americanos e pela Faculdade Latino Americana de Ciências (Flacso), em 2016, revela que 18% das adolescentes brasileiras engravidaram durante o período escolar. Esses dados apontam para a necessidade de políticas educacionais que possam informar aos adolescentes como exercer a sexualidade planejando o momento para engravidar. E também revela a necessidade de unir educação e saúde, possibilitando a prevenção e o sexo seguro desse público.

Nesse contexto, a necessidade em priorizar a adolescência nas políticas públicas de saúde e educação é, hoje, um fator primordial no controle da gravidez na adolescência, trabalhando com a prevenção e orientação entre adolescentes e seus responsáveis (OLIVEIRA; CAMPOS, 2008).

Também para Almeida e Aquino (2011) um grande indicativo em relação a gravidez na adolescência e conclusão do ensino fundamental (ou não) é que as disparidades sociais e culturais de meninos e meninas em relação a sexualidade e reprodução é um grande desafio para o sistema educacional brasileiro. Principalmente, ao levar em consideração as localidades periféricas que sofrem com as desigualdades regionais. Portanto, a educação sexual e a promoção de ações de estímulo para a permanência dos alunos no sistema escolar são essenciais. Para isso, as autoras colocam que é preciso implementar políticas de incentivo visando o retorno das adolescentes articuladas juntamente com políticas voltadas para a melhoria da saúde das mesmas, como forma de promover orientação e conhecimento sobre educação em saúde (ALMEIDA; AQUINO, 2011).

Na mesma gama Basch (2011) coloca que as taxas de nascimento de filhos de adolescentes solteiras são altas e principalmente, desproporcional entre jovens de minorias urbanas em idade escolar, e por isso exerce impacto direto no desempenho educacional, além disso, aumenta o risco de evasão escolar.

A prefeitura de São Paulo, por exemplo, lançou em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), para combater a evasão de mães adolescentes lançou no

mês de setembro de 2021, o programa “combate a evasão escolar da rede municipal”. O objetivo do programa é que as secretarias através de uma plataforma possam monitorar estudantes que evadiram da escola ou se encontram vulnerável e/ou situação de risco.

Os estudos de Castelhana et al. (2021) demonstram a importância de um programa chamado “rede de apoio a mãe adolescente” para enfrentar a maternidade precoce, a evasão e o agravamento da pobreza. O programa pretende oferecer para além da continuidade a educação, ofertar condições físicas, psicológicas, emocionais e financeiras para que as mães adolescentes possam continuar na escola, e com isso, evitar o abandono precoce dos estudos pelas mães adolescentes.

Apesar do nosso foco na adolescência as experiências identificadas no sistema educacional do ensino superior sobre ações e programas de permanência na universidade nos ajudam a pensar uma possibilidade para a educação básica. Como apontado por alguns estudos a importância das políticas de assistência social ou de assistência estudantil nas universidades. Um exemplo desse contexto é o programa chamado: Programa Especial PAE: “mãe pesquisadora”, que oferece desde 2020, bolsas de ensino de um valor de R\$ 685,95 mensais para que as alunas que sejam mães (ou tenham guardas) de crianças ou sejam responsáveis e estejam matriculadas regularmente possam permanecer na universidade.

Ou ainda, o programa “auxílio creche” na Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), que exerce papel fundamental na permanência material das estudantes-mães, uma vez que a maioria recebe auxílio permanência e utiliza o restaurante universitário (FIGUEIREDO, 2019). Nessa mesma gama, recentemente, na segunda semana de outubro, de 2021, a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), anunciou o auxílio-creche para estudantes da graduação e pós graduação com filhos com idade até 6 anos. O valor do auxílio será de R\$ 900,00 com intuito de reduzir a evasão decorrente da maternidade e paternidade e com isso, promover a continuidade dos estudantes desses alunos.

Tais programas de auxílio de assistência estudantil no ensino superior mesmo não sendo nosso foco aqui na pesquisa nos ajuda a começar a possibilidade a pensar programas a possibilidade de se construir uma política similar com a do ensino superior, de auxílio, por exemplo, para atender adolescentes que abandonam a escola. A evasão e os diversos estudos sobre seus fatores são essenciais, mas precisamos começar a pensar como criar programas de continuidade das mães adolescentes na educação básica.

A grande questão é: se a gravidez na adolescência é um problema de saúde pública e uma das principais causas para a evasão escolar no Brasil é possível pensar e como pensar a



**IV CINTEDI**

EDIÇÃO DIGITAL

10, 11 E 12 DE NOVEMBRO DE 2021

ISSN: 2359-2915

inclusão social dessas adolescentes gestantes e mães no ensino? Ou ainda, como garantir o direito a educação para as mães adolescentes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diversos são os trabalhos que focam principalmente na evasão escolar e nos impactos negativos que a gravidez precoce na adolescência pode acarretar na fase escolar. A grande questão aqui foi não foi identificar a evasão, mas fazer uma análise qualitativa dos trabalhos sobre a temática e pudemos perceber a defasagem de trabalhos que abordam programas e intervenções que de alguma forma ajudaram e influenciaram na continuidade dos estudos e permanência da estudante na escola.

Conclui-se inicialmente, como revelado pelos estudos selecionados em nossa revisão a necessidade urgente de uma política pública de retorno e permanência das mães adolescentes no sistema escolar atrelada a uma política de educação e demais programas sociais para promover além do acesso ao retorno, acesso a informação e educação em saúde na escola. Por isso, entendemos que é preciso pensar políticas públicas e programas sociais de inclusão para a educação de mães adolescentes. Uma experiência que tem sido favorável para atender alunas gestantes por meio da política de assistência social e estudantil de algumas universidades Brasileiras nos ajuda inicialmente começar a pensar programas para educação básica.

Além disso, temos como apontamentos (que não são finais), salientar que essa pesquisa não se encerra neste trabalho, haja vista corresponder a um largo campo de discussões, um aspeto ao qual trazemos como sendo uma importante estratégia de atuação diante do debate da gravidez na adolescência no país, a inclusão social.

## REFERÊNCIAS

AGENCIA BRASIL. Fala, adolescente. Disponível em: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2021/02/01/fala-adolescente/>. Acesso em: out. 2021.





**IV CINTEDI**

EDIÇÃO DIGITAL

10.11.19 DE JULHO DE 2024

ISSN: 2359-2915

ALMEIDA, M. da C. C. de; AQUINO, E. M. L. Adolescent pregnancy and completion of basic education: a study of young people in three state capital cities in Brazil. **Cadernos de saude publica**, v. 27, p. 2386-2400, 2011.

COSTA, M. C. O; PINHO, J. F. C; MARTINS, S. J. Aspectos psicossociais e sexuais de gestantes adolescentes em Belém-Pará. **Jornal de Pediatria**, v. 71, n. 3, p. 151-157, 1995.

YAZLLE, M. E. H. D. Gravidez na adolescência. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, v. 28, n. 8, p. 443-445, 2006.

DIAS, A. C. G.; TEIXEIRA, M. A. P. Gravidez na adolescência: um olhar sobre um fenômeno complexo. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, v. 20, p. 123-131, 2010.